

Abordagem pluridisciplinar das dificuldades escolares — Uma experiência em Arruda dos Vinhos

JOAQUIM BAIRRÃO MADALENA FERREIRA
ISABEL FELGUEIRAS REGINA MENEZES PINTO
JÚLIA SOARES GRIJÓ SANTOS
J. LUÍS CASTANHEIRA

Não se trata de uma reflexão teórica mas apenas de alguns comentários sobre as razões que nos levaram a encetar uma estreita colaboração inter-serviços que conduziu a uma experiência integrada de apoio às crianças escolarizadas do concelho de Arruda dos Vinhos.

A multicausalidade da deficiência, assim como a plasticidade da sua expressão obriga a que na sua prevenção actuem vários serviços, instituições e estruturas — da saúde, da educação, da assistência, etc..

Ao falar da prevenção da deficiência somos com frequência arrastados para o diagnóstico precoce, isto é, para a prevenção secundária. Esquecemos, assim a prevenção primária aquela em que o investimento é menor e as acções de maior eficácia.

Sabemos que a Escola aparece como o grande revelador dos deficientes menores e sabemos como é difícil reflectir sobre a Escola pois facilmente se tomba num muro de lamentações — estruturas, edifícios, programas... — tudo é mau ou pelo menos insuficiente.

Foi porque reconhecíamos a nossa responsabilidade, como técnicos de um serviço especializado — o C.O.O.M.P. ou de uma equipa de Saúde escolar — a de Arruda dos Vinhos, que encetámos um trabalho conjunto com as professoras do concelho, tendo em vista quer a prevenção da deficiência quer a integração ou melhor a profilaxia da segregação educativa, de crianças com dificuldades escolares e ou de aprendizagem, casos de algumas deficiências mentais. Note-se que o nosso trabalho não abrange os deficientes profundos.

Antes de descrever o *como* do nosso trabalho pretenderíamos reflectir o *porquê*.

Nesta área não há equipas onnipotentes por mais diferenciadas ou experimentadas. Esta verdade simples é por nós todos frequentemente esquecida e todos conhecemos as reais dificuldades de comunicação entre equipas e / ou serviços sobretudo na periferia, ainda que seja próxima como é o caso de Arruda.

Julgamos que o maior desafio que se nos põe a nós técnicos, hoje, seja a colaboração e a complementaridade na abordagem de problemas que exigem transdisciplinaridade e concertação de esforços e de acções.

Não ignoramos as reais dificuldades que se põem:

- ausência de tradição na colaboração
- indefinição de estratégias por carência de planeamento e de coordenação
- diferentes dependências técnico-administrativas centralismo excessivo
- excesso de conflitos inter-pessoais

entre outras que todos conhecemos. Porém, verificamos existirem novas potencialidades:

- insatisfação de tantos técnicos e equipas
- a descoberta da necessidade de nos encontrarmos
- as oportunidades de formação conjunta
- uma maior democraticidade no funcionamento de muitas equipas

que nos fazem acreditar haver novas condições para a colaboração que, em nosso entender exige algumas notas:

- elaboração conjunta de planos integrados de actuação
- divisão de tarefas de acordo com as potencialidades de actuação de cada um e com os meios disponíveis
- avaliações frequentes e partiúipadas
- estreita colaboração na formação em serviço
- elaboração e adaptação de sistemas de informação adequados

Não acreditamos, todavia, na possibilidade de implementar este tipo de acções ou «por decreto» ou apenas pela «boa-vontade» das equipas. Julgamos ser essencial um diagnóstico de comunidade que pressupõe um levantamento das necessidades e dos recursos. Para além de dever, em nossa opinião, assentar em alguns princípios:

- Ser *realista*, isto é, ser planeada a partir das necessidades reais, da situação existentes e do «real» das equipas
- dar prioridade ao reforço das *estruturas naturais*
- evitar circuitos paralelos ou concorrenciais

- Ser criativa na procura de soluções que devem ser práticas, exequíveis e económicas
- rentabilizar e otimizar a experiência das equipas nomeadamente das serviços especializados que não sendo facilmente reproduzíveis podem fornecer um aporte imprescindível

Será portanto possível o estabelecimento de múltiplos planos integrados de actuação, não havendo pois um modelo ideal.

Julgamos que o custo-benefício e o custo-eficácia, sempre difíceis de mensurar, terão relações mais favoráveis se se tiver como princípio que é mais fácil deslocar técnicos em equipa do que crianças e famílias, dentro de certos limites. Esta atitude facilita igualmente a interrelação necessária e amplia os ângulos de abordagem.

É imprescindível a existência de uma estrutura que centralize as diferentes informações conducentes à compreensão de cada caso. Sendo assim as informações centrípetas e não centrífugas.

Expostos os princípios que inspiram o nosso trabalho, vou tentar caracterizá-lo um pouco. Não irei entrar em grandes detalhes que poderão ser esclarecidos na discussão.

No E. E.D.M. — fase piloto, fomos levados a colaborar inter-disciplinarmente e a iniciar algumas acções de apoio à comunidade escolar que nos havia prestado a sua colaboração. O trabalho feito, inicialmente de prevenção secundária quando não terciária e as necessidades descobertas a partir do conhecimento da realidade estimularam-nos para validar no terreno algumas hipóteses de trabalho.

Assim uma equipa do C.O.O.M.P. encontrou disponibilidade para receber crianças enviadas pela equipa de S.E. e para, com frequência discutir com ela critérios de actuação — até 1978.

O desenvolvimento das acções foram progressivamente alargadas às professoras do concelho e foi-se estreitando a colaboração entre todos. Surge assim a elaboração de um plano de actuação, envolvendo a Escola, o C.O.O.M.P. e o Centro de Saúde, cuja concretização arrancou em 79/80.

Em traços gerais, caberia ao M.E.C.:

- assegurar o funcionamento de fases
- manter, na medida do possível a fixação dos grupos escolares e dos professores sem criar condições de excepção nas colocações

- criar estruturas de apoio pedagógicos (dois grupos de apoio) e um grupo de compensação
- implementar o ensino pré-primário
- facilitar a instalação de um centro de recursos para as professoras
- instalar um A.T.L.

À S.E. caberia dar o seu apoio nomeadamente numa consulta psico-médico-pedagógica a realizar, em princípio, quinzenalmente com a colaboração de uma equipa do C.O.O.M.P.

Podemos dizer, em síntese, uma equipa do C.O.O.M.P. e a equipa de S.E. do concelho, em íntima colaboração com as professoras e com a colaboração das autarquias locais e do Centro de Saúde, tentam encontrar respostas para o problema das dificuldades escolares.

Ano lectivo e meio parece-nos demasiado pouco tempo para uma avaliação de um projecto que se tem vindo a executar. Parece-nos, possível afirmar:

- 1 — é notória a satisfação de todos os intervenientes pois os resultados ainda que provisórios e dificilmente mensuráveis são animadores e estimulantes;
- 2 — a nossa acção está progressivamente a alargar-se a idades cada vez mais baixas e paradoxalmente mais altas, o que aumenta as actuações de prevenção primária;
- 3 — têm sido induzidas, directa e indirectamente, modificações nas estruturas escolares e tem sido facilitada a implementação da formação de professores;
- 4 — todos temos a certeza que a relação custo-benefício é francamente favorável;
- 5 — toda a população escolar do concelho tem beneficiado.

Tenho a certeza que muito pouco terei dito sobre o nosso trabalho, em concreto colocando-nos desde já à vossa disposição para a discussão.

A terminar gostaríamos de deixar bem claro que todos estamos cada vez mais convencidos que problemas aparentemente insolúveis a nível central, são mais ou menos facilmente ultrapassáveis a nível local, sendo os recursos locais mais plásticos e mobilizáveis, nomeadamente os afectos à Escola, do que aquilo que poderíamos supor à partida.